

100 ANOS DEPOIS: UM OLHAR SOBRE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA*

Luciano Aronne de Abreu**

RESUMO: No ano de seu centenário, foi organizada no Rio Grande do Sul uma série de eventos comemorativos à Revolução Farroupilha, tais como a inauguração de monumentos, publicação de livros e a realização de uma grande Exposição em Porto Alegre, cujos objetivos seriam, ao mesmo tempo, exaltar os heróis e as glórias do passado e os progressos do presente. O objetivo deste estudo, portanto, é analisar estas relações e os possíveis usos políticos desse passado pelos diferentes grupos políticos gaúchos.

PALAVRAS-CHAVES: Revolução Farroupilha – Centenário Farroupilha – Rio Grande do Sul

ABSTRACT: In 1935, there were many commemorative events of the 100th Anniversary of Farroupilha Revolution in Rio Grande do Sul, like inauguration of monuments, books edition and a Centenary Farroupilha Exposition, with the aim of glorifying both the heroes of the past and the progress of the present. This paper intends to analyze the possible relations between past and present and the political uses of history by different groups at that time.

KEYWORDS: Farroupilha Revolution – 100th Anniversary of Farroupilha Revolution – Rio Grande do Sul

O dia 20 de setembro de 1935 foi marcado pela abertura da Exposição do Centenário Farroupilha, ocorrida nos Campos da Redenção, com o objetivo não só de exaltar os heróis farrapos, mas sobretudo de afirmar a força do Rio Grande do Sul no cenário nacional, mostrando a todo o país o progresso industrial, agrícola, pecuário, artístico e científico do Estado (MACHADO, 1990, p. 100). Tal Exposição, que contou com mais de 3 mil expositores e mais de um milhão de visitantes, numa época em que a população de Porto Alegre não ultrapassava os 300 mil habitantes (MACHADO, 1990, p.122), mobilizou a participação de representantes de diferentes segmentos da economia gaúcha, tais como a Federação das Associações Rurais (FARSUL) e o Centro da Indústria Fabril, e contou com o apoio de representantes dos diversos grupos políticos do Estado – Partido Republicano Rio-

* Texto enviado pelo autor, em participação no Painel “Outros Olhares sobre a Revolução Farroupilha”, ocorrido em 17/09/2008, no Palácio da Justiça, Porto Alegre/RS.

** Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

grandense (PRR), Partido Liberal (PL) e Partido Republicano Liberal (PRL)¹. Além desta, outras tantas homenagens foram prestadas à chamada revolução dos gaúchos, tais como a inauguração de monumentos², a realização do I Congresso Histórico, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), e a publicação de vários livros sobre a história daquele episódio, sempre com a perspectiva de exaltar os heróis do passado e demonstrar ao Brasil a força e a pujança dos gaúchos do presente.

Nesse sentido, esse conjunto de atividades em homenagem à Revolução Farroupilha deve ser pensado não exatamente a partir de 1835, mas sob a perspectiva do seu presente, ou seja: de que modo estes diferentes tempos – a revolução e o seu centenário – foram relacionados e, desta forma, contribuíram (ou não) para o projeto do governo gaúcho de afirmar a força política do Estado no cenário nacional. Refletir sobre esta questão, portanto, constitui-se no objetivo central deste estudo, identificando os principais pontos de convergência ou divergência entre os diversos grupos políticos nacional e regional, e os diferentes usos que estes fizeram da Revolução Farroupilha, de modo a justificar e legitimar seus próprios interesses de poder.

1. Breve contexto político: o regional e o nacional

A vitória da revolução de 30 marcou não só a transição de um velho Brasil agrário-exportador para um novo Brasil urbano-industrial, como muitas vezes aponta nossa historiografia sobre o período³, mas também a ascensão política dos gaúchos no cenário nacional, fortalecidos desde 1928 pela formação da Frente Única Gaúcha (FUG), sob a liderança de Getúlio Vargas. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, a tomada do poder nacional não fortaleceu a união política regional dos gaúchos, mas logo voltou a acirrar suas antigas divergências, manifestadas em suas diferentes perspectivas de exercício do poder – liberal ou autoritária – e na defesa de uma maior ou menor autonomia política regional.

¹ Os partidos Republicano Rio-grandense (PRR), de tradição positivista-castilhistas, liderado por Borges de Medeiros, e Libertador, de orientação liberal, então liderado por Assis Brasil, uniram-se em Frente Única durante o governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, em 1928. Em 1930, como integrantes da Aliança Liberal, seus líderes constituíram-se nos principais articuladores da revolução que levou Getúlio Vargas à Presidência. Em 1932, porém, dividiram-se entre apoiar a continuidade do Governo Provisório, acusado de autoritário, ou a chamada revolução constitucionalista, liderada pelas elites paulistas, em oposição a Vargas. Como resultado dessa divergência, os libertadores e a ala borgista do PRR mantiveram-se unidos em Frente Única, assumindo então uma posição anti-varguista, enquanto àqueles que se mantiveram fiéis a Vargas, como foi o caso do governador gaúcho Flores da Cunha, restou a opção de fundarem um novo partido – o Partido Republicano Liberal (PRL). A respeito desse contexto, ver: ABREU, 2007:cap.2.

² Dentre estes monumentos pode-se citar, por exemplo, “O Gaúcho Oriental”, doação da colônia uruguaia, fonte “Talavera”, doação da colônia espanhola, obeliscos doados pelas colônias portuguesa, israelita e sírio-libanesa, além de uma subscrição em dinheiro da colônia alemã para o Hospital Sanatório Belém. A esse respeito, ver: MACHADO, 1992: cap. 3.

³ Sobre a historiografia da revolução de 30 ver: Bóris Fausto. *Revolução de 30: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense.

Nesse sentido, quando da eclosão da Revolução Constitucionalista (1932), os grupos políticos gaúchos voltaram a se dividir, agora não mais entre chimangos e maragatos, mas sim entre varguistas e anti-varguistas. Os primeiros, associados aos tenentes, de tendência política mais autoritária, defendiam a continuidade do Governo Provisório de Getúlio Vargas; os segundos, aliados aos revolucionários paulistas, lutavam pela reconstitucionalização do país em oposição à ditadura de Vargas, como se referiam ao seu governo. Como resultado dessas divergências, sob a liderança do então interventor Flores da Cunha, a ala varguista da política gaúcha retirou-se da FUG e criou o Partido Republicano Liberal (PRL) – que passou a se constituir na principal base de apoio político dos governos destes líderes, Vargas e Flores, seja nos planos nacional ou regional. De outro lado, ainda que os tradicionais PRR e PL tenham se mantido em Frente Única, a derrota da Revolução Constitucionalista levou-os ao exílio e à perda de poder político.

Na verdade, ainda que de fato esses diferentes partidos pudessem defender idéias mais ou menos liberais ou federativas, como acima referimos, pode-se dizer que suas principais divergências eram motivadas não por questões ideológicas, mas pela disputa de espaços políticos e pelo efetivo exercício do poder nacional ou regional.

No caso de Flores da Cunha, por exemplo, que chegou a oscilar entre apoiar os revolucionários paulistas e a FUG ou manter-se fiel ao Governo Provisório, sua opção por este último deu-se por um motivo essencialmente pragmático, qual seja, sua manutenção no poder político regional, para o qual havia sido nomeado por indicação pessoal de Getúlio Vargas. Neste momento, portanto, esta aliança entre Vargas e Flores permitiu a ambos derrotarem militar e politicamente seus opositores e garantirem seus respectivos poderes em nível nacional e regional. Já em 1935, ao contrário, dadas as pretensões continuístas de Vargas e as ambições políticas nacionais de Flores, seus projetos pessoais de poder os colocariam em campos opostos, enquanto a FUG passaria a ser vista por ambos como um novo e importante aliado.

Quanto à FUG, que em 1932 havia assumido um posicionamento anti-varguista e anti-florista, a adoção de uma nova postura de aproximação, primeiro de Flores, depois de Vargas, também se daria por motivações muito mais pragmáticas que ideológicas. Isso porque, em um contexto em que os partidos da Frente Única haviam feito apenas 22,08% dos votos, contra 77,92% do PRL (TRINDADE, 1980, p.162), este rompimento entre Vargas e Flores permitiu que a FUG se colocasse como uma espécie de fiel da balança do conflito, o que poderia significar uma boa oportunidade para que os seus partidos (PRR e PL) retornassem ao poder, seja ao lado de Flores ou de Vargas, como veremos adiante.

Antes, porém, deve-se aqui destacar que estas questões e disputas serão sempre pensadas a partir das possíveis relações e influências mútuas entre os planos políticos nacional e regional. Além disso, deve-se também observar que o acirramento destas divergências políticas e disputas de poder ocorreu justamente a partir de 1935, quando, durante a abertura da Exposição do Centenário Farroupilha, Getúlio Vargas teria manifestado a Flores da Cunha sua intenção de continuidade no poder, levando ao crescente afastamento e à ruptura entre eles (CAMPOS, 1995, p.51). Em relação à FUG, no entanto, os primeiros sinais de sua possível aproximação com Flores da Cunha teriam surgido ainda em abril daquele mesmo ano, quando ambos haviam se manifestado contrários à aplicação da Lei de Segurança Nacional (LSN)⁴ no Rio Grande do Sul, o que permitiria a Vargas ampliar seus poderes de intervenção sobre as políticas estaduais.

De um lado, pode-se dizer que a aprovação e a aplicação da LSN em todo o Brasil representaram o princípio de um processo de centralização do poder que culminaria com o Estado Novo, regime político de tipo autoritário. De outro lado, porém, esta mesma Lei estimulou floristas e frentistas a negociarem o que chamaram de um “modus vivendi”, em defesa do federalismo e da autonomia política regional. Em outras palavras, segundo Bellintani, “Getúlio usava o legislativo para iniciar a centralização do poder”, enquanto “Flores da Cunha usava o discurso liberal para resguardar o poder regional” (2002, p.45).

Nesse contexto, apesar das velhas rivalidades advindas de 1932, a celebração de um possível pacto entre PRL e FUG poderia ser politicamente interessante a ambos: para os primeiros, o apoio dos frentistas representaria um fortalecimento do seu poder regional, em oposição à citada política varguista de centralização e nacionalização do poder; para os segundos, como já referimos, aproximar-se de Flores da Cunha significaria uma oportunidade para os partidos da FUG retornarem ao poder regional, do qual estavam afastados desde a derrota de 1932. Nesse sentido, pode-se dizer que havia por parte de cada um destes grupos a consciência de que, isoladamente, nenhum deles teria condições de se manter no poder e garantir a autonomia política regional. Ainda assim, porém, a negociação deste “modus vivendi” não foi tarefa fácil e estendeu-se ao longo de todo o ano de 1935, constituindo-se

⁴ A Lei de Segurança Nacional foi aprovada pelo Congresso Nacional em abril de 1935, sob o argumento de garantir ao governo um instrumento mais ágil e eficaz para reprimir os chamados movimentos extremistas, especialmente comunista, após a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo presidente de honra era Luís Carlos Prestes. Em novembro de 1935, após a ocorrência da chamada Intentona Comunista nas cidades de Recife, Natal e Rio de Janeiro, o governo federal, com base na LSN, decretou estado de sítio, o qual foi sendo sucessivamente renovado até 1937, o que lhe permitiu reprimir duramente seus opositores e viabilizar a implantação do Estado Novo.

então, junto com a questão do centenário Farroupilha, no principal tema das discussões políticas e das manchetes dos jornais gaúchos.

A respeito dessas dificuldades e do crescente antagonismo entre os planos políticos nacional e regional, Lindolfo Collor escreveu a Flores da Cunha dizendo que: “enquanto a indecisão dos republicanos obriga à paralisação das “démarches”, a sabotagem dos teus e dos nossos continua a produzir os seus efeitos deletérios. No fundo do quadro, um fantasma: G. sorrindo e manobrando⁵”. Por estas observações de Collor, pode-se dizer que as dificuldades para a celebração do “modus vivendi” eram tanto de âmbito regional, dadas as diferenças e rivalidades existentes entre PRR, PL e PRL, quanto nacional, devido à forte pressão e influência política exercida por Getúlio Vargas, de modo a enfraquecer o poder de Flores da Cunha. Diante disso, o impulso final para a assinatura do pacto seria dado somente após a ocorrência da chamada Intentona Comunista, em novembro de 1935, quando então floristas e frentistas se uniram para defender o Estado contra o que definiam como ameaças extremistas (TRINDADE, 1908, p.307) e, pode-se dizer, contra a ameaça varguista de centralização e nacionalização do poder, neste momento amparado pela LSN.

Nesse sentido, no dia 09 de janeiro de 1936, uma semana antes do encerramento da Exposição do Centenário Farroupilha, foi assinado entre o PRL e a FUG o chamado “modus vivendi”, o qual determinava a divisão do poder regional entre seus representantes, cabendo ao PRR a Secretaria da Agricultura e ao PL a Secretaria da Fazenda, respectivamente ocupadas por Lindolfo Collor e Raul Pilla. Além disso, porém, este acordo criava também o cargo de Presidente do Secretariado, tal qual em um regime parlamentar, que deveria mediar as relações entre o governador, seus novos secretários da Frente Única e os deputados da Assembléia, de modo a resolver possíveis “desinteligências” entre eles, segundo o termo expresso no próprio documento⁶.

De um lado, a assinatura deste acordo foi saudada por alguns líderes políticos, tais como os próprios Collor e Pilla, e pela imprensa como uma espécie de união pelo Rio Grande, sendo Flores da Cunha definido como seu pacificador e, até mesmo, como a encarnação do homem farroupilha (MACHADO, 1990, p.124). De modo explícito, portanto, estes líderes se utilizavam do passado farrapo para, na verdade, exaltar as ações políticas do governo gaúcho no presente, sendo o “modus vivendi” um exemplo da capacidade de Flores da Cunha unir o Rio Grande contra as opressões do governo central, tal como teriam feito os farroupilhas durante o chamado decênio heróico. Estas mesmas idéias e associações já eram feitas antes

⁵ CPDOC/FGV. Arquivo FC tp 33.01.18 doc. 43.

⁶ Correio do Povo, 10/01/1936, p. 14.

mesmo da efetivação deste acordo, ainda durante sua negociação e em meio aos preparativos para a Exposição do Centenário Farroupilha, quando as classes conservadoras do Estado⁷, por exemplo, em nota publicada no jornal Correio do Povo diziam que “não falta a nenhum dos nossos políticos espírito de harmonia e transigência, aliás, tradicional nos nossos grandes homens” (06/04/1935, p.14). Já o cidadão Manoelito Macedo, por sua vez, dizia que em 1835 o Rio Grande estava “de pé pelo Brasil” e que, em relação ao presente, “o que está feito para nós nada mais representa senão o desdobramento do passado (...)”⁸.

Outras lideranças, porém, se mostravam bastante céticas quanto ao sucesso deste “modus vivendi”, como foi o caso do então deputado e futuro prefeito de Porto Alegre, Loureiro da Silva, segundo o qual este acordo teria sido recebido friamente pelo PRL e, portanto, dizia ele, “prevejo lutas atrozes para a nossa terra, na sucessão presidencial, Ilude-se quem pensar em uma unanimidade do Rio Grande neste ponto. Tenho a impressão de que nos vamos dilacerar”⁹. Noutra ocasião, este mesmo deputado Loureiro da Silva que, meses mais tarde, viria a liderar uma dissidência no PRL, dizia que “o pobre do Flores perdeu a confiança dos seus companheiros, que apenas obedecem por uma questão de deferência pessoal, mas que na primeira oportunidade tirarão a diferença, visto que ele não está à altura de dirigir uma grande agremiação partidária (...)”¹⁰.

De fato, apesar do otimismo manifestado pela imprensa, pelas “classes conservadoras” e por certas lideranças políticas, que viam no “modus vivendi” uma forma de garantir seu poder e a autonomia política regional, este acordo mostrou-se frágil e, tal como previra Loureiro da Silva, “lutas atrozes” não tardaram a se desencadear no Estado, levando à sua ruptura apenas 10 meses após ter sido assinado. Na verdade, apesar da tentativa acima referida de construir uma imagem de Flores da Cunha como o pacificador do Rio Grande e a encarnação do herói farrapo, este “modus vivendi” não foi capaz de unir os gaúchos, de fato, em torno de um mesmo ideal político que fosse além da própria partilha do poder. Em outras palavras, pode-se dizer que esta foi apenas uma pacificação de fachada, de curta duração, assim como, durante os preparativos para a Exposição do Centenário Farroupilha, o prefeito Alberto Bins havia conclamado os porto-alegrenses a pintarem as fachadas de suas casas e decorá-las com bandeiras do Brasil e do Rio Grande, de modo a “dar à cidade um aspecto de

⁷ Dentre as autodenominadas classes conservadoras do Estado incluem-se a FARSUL e o Centro da Indústria Fabril, que faziam parte também do Comissariado Geral da Exposição do Centenário Farroupilha, ao lado dos representantes do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

⁸ Correio do Povo, 15/09/1935, p. 12.

⁹ Correio do Povo, 24/01/1936, p. 14.

¹⁰ CPDOC/FGV. Arquivo GV 36.01.28/2 XXI-29b.

regozijo, como o que vai nos sentimentos de todos os Rio-grandenses¹¹”. Ou seja, tanto num caso quanto noutro, a simples pintura das fachadas não seria capaz de tapar as rachaduras das casas ou, dito de outra forma, superar as diferentes expectativas de poder que existiam entre os partidos políticos gaúchos.

De sua parte, Flores da Cunha se mostrava insatisfeito com o apoio parlamentar recebido da FUG que, por exemplo, em maio de 1936 havia votado contra seu projeto de criação de corpos auxiliares da Brigada Militar e, em outubro daquele mesmo ano, mais uma vez contrariando suas orientações e interesses, não apoiara a eleição do deputado classista Antônio Joaquim Renner para a vice-presidência da Assembléia. Nesse sentido, dizendo haver dado muito mais do que recebido com o “modus vivendi”, Flores da Cunha passou a adotar práticas autoritárias e repressivas contra os seus até então aliados da FUG e a se preparar militarmente para um possível confronto com Getúlio Vargas. Já a FUG, por seu turno, se mostrava insatisfeita com o “modus vivendi” porque se dizia uma simples integrante do governo, mas não exatamente participante deste, dado o forte personalismo e autoritarismo de Flores da Cunha que, ao seu ver, desejava apenas ter uma ampla base de apoio parlamentar que referendasse suas próprias decisões. Tais questões regionais, aliadas às disputas nacionais pela sucessão presidencial, em que Flores da Cunha manifestara seu apoio à candidatura de Armando Sales de Oliveira, enquanto a FUG defendia a escolha de um candidato único, em nome da ordem e da unidade nacional, em oposição à chamada ameaça comunista, agravariam ainda mais seus antagonismos.

Face a estas questões, portanto, tal como previra o deputado Loureiro da Silva, o “modus vivendi” entre o PRL e a FUG foi rompido em outubro de 1936, quando então se iniciou um período de constantes ameaças policiais e cerco de capangas à Assembléia, a mando do governador, de modo a coagir e constranger seus agora opositores da FUG e dissidentes do PRL. Neste momento, dizia Loureiro, “a cada passo, às nossas casas, nas ruas por onde passamos, ouvimos avisos com as mais estranhas advertências, como este: ‘os senhores serão chacinados, serão mortos’” (apud GRANDI, 2002, p.75). Esta mesma denúncia seria feita pelo jornal Correio do Povo, segundo o qual, “lançando mão de desordeiros a seu soldo, o Sr. Flores da Cunha pretendia perturbar os trabalhos da Assembléia local, ameaçando a vida dos seus adversários ali, isto é, da quase totalidade dos legisladores¹²”. Já em relação aos seus preparativos militares, os próprios deputados gaúchos denunciaram a Getúlio Vargas que o governador possuía “vários depósitos de material bélico

¹¹ Correio do Povo, 18/09/1935, p. 11.

¹² Correio do Povo, 29/04/1937, p. 1.

disseminados pelo Estado (...)” e que, disfarçados de trabalhadores rodoviários, Flores estaria armando e dando treinamento militar a inúmeros corpos provisórios¹³.

Em meio a tal crise e instabilidade política, nacional e regional, o Brasil vivia desde novembro de 1935 sob estado de sítio, sucessivamente renovado pelo Congresso até às vésperas do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. No Rio Grande do Sul, que durante alguns meses viveu sob o aparente “regozijo” do “modus vivendi”, sua ruptura e o agravamento dos conflitos regionais, conforme acima descritos, levaram a FUG a solicitar a Getúlio Vargas a intervenção federal no Estado, transferindo a execução do estado de sítio “a uma pessoa alheia à presente contenda política e da imediata e direta confiança de V. Ex.^a”¹⁴, que viria a ser o general Daltro Filho, futuro interventor do Estado nos primeiros meses do novo regime.

Neste momento, portanto, a imagem de Flores da Cunha já não era mais associada aos heróis farrapos, mas a um caudilho autoritário que, ao contrário de ser um pacificador, havia justamente se constituído no último entrave a ser superado para a construção da união nacional, cuja síntese deveria ser o Estado Novo. E a Revolução Farroupilha, por sua vez, ainda que não tivesse seu caráter regional negado, de modo a associar seus valores do passado às grandezas do presente do Rio Grande, como vimos ter ocorrido durante a Exposição do Centenário, passaria a ser enfatizada por seu caráter essencialmente nacional, de acordo com a nova ordem política que então se implantava no Brasil, de caráter centralizador e nacionalista, como veremos a seguir.

2. Revolução Farroupilha: o regional e o nacional

Neste momento, sem desconsiderar a grandiosidade e a importância da Exposição do Centenário Farroupilha, a um só tempo, como já referimos, um evento comemorativo e exaltatório do passado e do presente dos gaúchos, faremos algumas breves reflexões sobre o modo como, naquele contexto do centenário, de uma maneira geral, nossos historiadores interpretaram a Revolução Farroupilha, identificando os possíveis usos de seus estudos pelos diferentes atores políticos nacionais e regionais, mais uma vez de modo a justificar e legitimar seus próprios interesses de poder.

Dentre os vários autores e obras publicadas sobre essa temática, especialmente a partir de 1933, podem-se citar os seguintes: Alfredo Varela, *História da grande revolução* (1933); Walter Spalding, *Farrapos* (1934); Fernando Callage, *Episódios históricos da revolução dos*

¹³ CPDOC/FGV. Arquivo GV 37.09.01 XXVI-19.

¹⁴ Correio do Povo, 29/04/1937, p. 1.

farrapos (1935); Souza Docca, *O sentido brasileiro da revolução farroupilha* (1935); Fernando Luís Osório, *A guerra civil dos farrapos* (1935); e Othelo Rosa, *Vultos da Epopéia Farroupilha* (1935). No caso destes estudos, porém, ao contrário do que vimos ter sido o objetivo principal daquela Exposição, eles se propunham a ser obras de história, ou seja, a reconstruir o passado o mais fielmente possível, a partir das fontes documentais que este legou ao presente. Portanto, antes que se possa passar a refletir sobre suas interpretações do passado farroupilha, deve-se aqui referir o que estes historiadores pensavam sobre a história e sua importância social.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), organizador do já citado I Congresso Histórico, que se incluía entre as várias programações do centenário farroupilha, havia sido criado ainda em princípios da década de 1920 com a idéia de fusão da história com a nacionalidade, de acordo com o interesse patriótico, devendo a história, direta e imediatamente, estar à serviço da política (GUTFREIND, 1992, p.24). Em outras palavras, portanto, pode-se dizer que o objetivo dos líderes políticos gaúchos de se projetarem nacionalmente, demonstrando ao país a força e o progresso do Rio Grande do Sul, expressou-se naquele contexto na historiografia produzida pelos historiadores ligados ao IHGRGS, segundo os quais “era preciso escrever a história do Rio Grande do Sul para apresentá-lo aos demais estados (...)” (GUTFREIND, 1992, p.25). Estas mesmas idéias e concepções sobre a história, deve-se aqui referir, eram também as de Oliveira Viana¹⁵, talvez o mais influente sociólogo brasileiro daquela época e que, anos mais tarde, se constituiria em um dos mais importantes intelectuais ligados ao regime do Estado Novo. Em sua opinião, a história não é a mestra da vida, como dizia o historiador romano Cícero, mas a mestra da política e, portanto, o estudo do passado não teria apenas um valor especulativo, mas pragmático, devendo desenvolver o sentimento patriótico e a consciência coletiva (VIANA, 1923, p.28).

Nesse sentido, em face de tais concepções, percebe-se na historiografia produzida pelo IHGRGS um caráter essencialmente pragmático e patriótico, ao contrário dos supostos ideais de objetividade e neutralidade que seriam próprios da chamada história tradicional, de inspiração positivista. No Rio Grande do Sul, segundo definição de Ieda Gutfreind, podem-se identificar nesses estudos duas tendências principais de interpretação de nosso passado, por ela chamadas de matrizes platina e lusa.

¹⁵ Oliveira Viana foi um dos principais intelectuais autoritários brasileiros da primeira metade do século XX, autor de *Populações Meridionais do Brasil* (1920) que, naquele contexto, se constituiu em uma das principais obras de sociologia sobre a realidade brasileira e que exerceu importantes influências sobre os chamados intelectuais do regime estado-novista – Francisco Campos, Almir de Andrade e Azevedo Amaral.

No primeiro caso, os historiadores da matriz platina viam o Rio Grande do Sul como uma região de transição entre o Prata e o Brasil, sendo o homem gaúcho e o pampa realidades que vão além das fronteiras político-administrativas entre os países. Além disso, dado o caráter de fronteira do Estado, destacavam seu espírito guerreiro, a importância dos índios para a formação do gaúcho, as missões jesuíticas como integrantes de nossa história regional e as influências platinas sobre os ideais republicanos e separatistas da Revolução Farroupilha. Alfredo Varela, por exemplo, em sua *História da Grande Revolução*, destacava o caráter platino do gaúcho e da própria revolução, que se diferenciaria das demais revoltas regenciais brasileiras e teria um caráter republicano e separatista (GUTFREIND, 1992, p.31).

Já no caso da matriz lusa, que mais diretamente nos interessa para os propósitos destas reflexões, segundo a concepção de história acima referida, os historiadores buscavam destacar a origem lusitana do Rio Grande do Sul e o sentimento de brasilidade dos seus habitantes, negando ou minimizando as possíveis influências platinas em nossa formação histórica. De acordo com essa corrente da historiografia, as origens de nossa história estariam ligadas à fundação de Rio Grande, não às missões jesuíticas, que faziam parte do sistema colonial espanhol. Além disso, destacavam também a situação de fronteira do Estado e o caráter guerreiro do gaúcho, visto como um homem ordeiro e guardião da nacionalidade, ao contrário do gaúcho platino, tido como um tipo marginal e baderneiro. Quanto à Revolução Farroupilha, destacavam seu caráter nacional, integrada ao ciclo revolucionário regencial, precursora dos ideais de federação e república no Brasil e, portanto, de caráter não-separatista, mas preocupada em agauchar o Brasil e abrazeirar o Rio Grande do Sul (GUTFREIND, 1992, p. 42).

Nesse sentido, em sua obra *Farrapos*, Walter Spalding dizia que “a revolução farroupilha não teve jamais a intenção republicana e muito menos a separatista que lhe querem atribuir muitos historiadores”. Na verdade, em sua opinião, esta foi uma revolta liberal cujo fim único “era a reivindicação de direitos e liberdades a que a província e seus filhos fizeram jus (...)”, mas que teriam sido usurpados pela prepotência dos conservadores, do presidente da Província e do comandante das armas (SPALDING, 1934, p.67). Portanto, a proclamação da República teria ocorrido devido à falta de tática e de boa vontade da Regência em negociar com os gaúchos, intensificando as hostilidades e “obrigando os chefes revolucionários a tomar outra diretiva” (SPALDING, 1934, p.68).

Quanto ao sentido nacional e patriótico da Revolução, Spalding cita como exemplo o caso de Davi Canabarro que, diante da proposta de apoio militar do general argentino Juan Manuel Rosas, teria respondido a ele que “o primeiro dos vossos soldados que transpuser a

fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz com os imperiais. Acima do nosso amor à República está nosso brio de brasileiros” (SPALDING, 1934, p.281). Sobre a pacificação, diz que no dia 28 de fevereiro Manoel Lucas de Oliveira e Davi Canabarro distribuíram as suas proclamações às tropas, “em ambas as quais perpassa um frêmito de alegria e, ao mesmo tempo, de intensa brasilidade”. Mais adiante, afirma que “os Rio-grandenses que durante quase dez anos se bateram por um ideal, os direitos e as liberdades de sua província amada, acolheram-se à bandeira do Império, por cuja honra se bateram e derramaram seu sangue, generosamente” (SPALDING, 1934, p.295).

Estas mesmas questões podem também ser percebidas na obra *Vultos da Epopéia Farroupilha* (1935), de Othelo Rosa que, embora admitisse que “o liberalismo gaúcho tendia para a República e para a federação”, dizia que a revolução teria sido uma conseqüência do desdém material e político do governo central com o Rio Grande e da ferrenha centralização monárquica, que teriam provocado a revolta dos gaúchos, ciosos “da sua dignidade pessoal, em face da influência lusitana (...)”. Além disso, complementa o autor, “há a considerar, também, o desgosto dos soldados gaúchos pelas derrotas das armas brasileiras nos últimos recontros do Prata, e cuja responsabilidade eles davam aos diretores das campanhas, delegados imperiais” (ROSA, 1935, p.19-20). Ou seja, os farroupilhas não só haviam se revoltado contra a opressão e o desdém de que o Rio Grande do Sul seria vítima, mas também contra a própria incapacidade dos delegados imperiais de defenderem os interesses da pátria. Os farroupilhas, na verdade, por sua “visão antecipada da realidade”, foram os precursores da ideologia federativa no Brasil, ao contrário de ser esta uma revolução antibrasileira (ROSA, 1935, p.51).

Face ao exposto, a partir destas rápidas referências às obras de Walter Spalding e Othelo Rosa, pode-se perceber com clareza o sentido nacionalista e patriótico que os historiadores da matriz lusa conferiam aos seus estudos, exaltando os valores e os heróis do passado farroupilha, mas sempre com a clara preocupação de reafirmar seu caráter de brasilidade. No presente, dado o sentido pragmático que eles conferiam à história, pode-se dizer que seus estudos foram também produzidos com a intenção de, a partir deste passado heróico, fundamentar e legitimar as pretensões de afirmação do poder regional e de ascensão nacional das elites políticas gaúchas, como vimos serem os casos do PRL e da FUG.

Estas questões, no entanto, devem sempre ser pensadas a partir das suas relações nos planos nacional e regional, e não como um caso isolado do Rio Grande do Sul, tal como vimos ocorrer também em relação às disputas de poder político. Pode-se dizer, portanto, que a estas atividades comemorativas e publicações históricas sobre a Revolução Farroupilha, que

buscavam inserir o regional no nacional e enfatizar a idéia de unidade nacional, faziam parte de uma perspectiva política e intelectual que, ao contrário do que desejava Flores da Cunha, acabou por legitimar o processo de centralização e nacionalização política do Brasil. Estes historiadores, ao definir o gaúcho e a revolução farroupilha como brasileiros, não separatistas, defensores das fronteiras do país e guardiões da nacionalidade, constituíram-se em importantes fatores de legitimação de uma política centralizadora e nacionalista, como aquela que veio a se implantar no país a partir de 1937, enquanto o regional, a alma gaúcha, ainda que não tenha desaparecido de suas interpretações, se colocasse sempre em suas relações com o nacional. Ao invés de marcar a diferença entre o regional e o nacional, marcava-se a defesa do nacional a partir do regional, como supostamente teria ocorrido em 1835, quando os gaúchos se teriam se colocado pela primeira vez “de pé pelo Brasil”.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

BELINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CAMPOS, Derocina Alves. *Flores da Cunha X Getúlio Vargas: da união ao rompimento*. Porto Alegre: PUCRS (dissertação), 1995.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

MACHADO, Nara Helena. *A Exposição do Centenário Farroupilha: ideologia e arquitetura*. Porto Alegre: PUCRS (dissertação), 1990.

ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.

SPALDING, Walter. *Farrapos*. Porto Alegre: Sulina, 1934.

TRINDADE, Hélió. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

VIANA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato&Co., 1923.

FONTE DOCUMENTAL

Jornal Correio do Povo. Porto Alegre, 1935.